

O Cenário Maringaense Através dos Processos Criminais 1948-1964

Vivian Fernandes Carvalho de Almeida¹

Resumo: Este trabalho é baseado nos resultados preliminares de uma pesquisa de mestrado, sobre o policiamento na cidade de Maringá entre os anos de 1948 a 1964 em que, buscamos compreender as ações da Instituição Policial e suas relações com a sociedade. Para isso, utilizamos como fonte inquéritos e processos criminais que nos proporcionam informações sobre os tipos de crime, regiões onde os crimes ocorriam, os grupos que praticavam ou sofriam com essa criminalidade e indicações sobre as ações policiais nas diferentes situações que se envolviam.

A intenção do atual texto é demonstrar que nenhum setor ou segmento da sociedade maringaense se encontrou imune à prática de infrações jurídicas apesar do que parte da historiografia formal escrita sobre a cidade apresentou nas primeiras décadas de sua construção. Para uma melhor compreensão sobre o cenário dessa criminalidade local, apresentamos brevemente um pouco da História em torno da cidade onde nos baseamos na bibliografia sobre a cidade e região. Demonstramos como as idéias progressistas de seu planejamento urbanístico, influenciaram nas expectativas quanto ao seu sucesso econômico e social e que sua colonização, foi realizada sob o auspício de progresso e disciplina tendo suas relações sociais influenciadas pelas atitudes que as expectativas por um futuro promissor acarretaram.

Contudo, destaca-se que mesmo planejada a cidade convivia e combatia seus avessos apesar de não admitir que esta imagem fosse passada para a posteridade. As pesquisas citadas demonstram que a ascensão do povo maringaense esteve longe de ser o que pincelavam na história formal do município. Os processos criminais, por sua vez, confirmam que as declarações excessivamente positivas sobre a cidade e seus moradores, não passavam de representações da sociedade imaginada pelos seus representantes. Discurso que por sinal, restringiu o direito a cidadania a um grupo muito seleto, negando esse direito a uma grande parcela da população maringaense. Além disso, situações de exclusão, demonstram que a busca pelo todo harmônico que, os colonizadores e o projeto urbanístico buscavam, desviou-se na dinâmica social que, a urbanização proporcionou. Assim, como a funcionalidade e cientificidade dos espaços físicos não corresponderam às expectativas de seus idealizadores a população que, cada vez mais ocupava esse espaço, também não.

Concluimos que, a violência não pertencia apenas ao mundo da periferia nem era praticada apenas por seus moradores, estando também, presente nas ações de homens de prestígio. Os processos criminais comprovam que, a cidade enfrentava problemas de criminalidade em todas as regiões e que era praticada por todos os segmentos sociais existentes em seus espaços o que vai de encontro com as perspectivas de seu planejamento e desconstrói a versão apresentada pelos interessados na imagem perfeita da cidade.

Palavras Chave: Criminalidade, Maringá, Sociedade.

Ideal X Real: um panorama sobre a cidade modelar

“Maringá foi planejada para ser um centro regional. Sua localização privilegiada, no centro da grande gleba colonizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, e sua posição como entroncamento para o noroeste e oeste do Estado, contribuíram para que fosse uma das cidades-chave do setentrão paranaense. Situada no espigão principal que corta o Norte do Paraná, por onde passam a importante rodovia e estrada de ferro, tornou-se o ponto de convergência de uma extensa área” (LUZ, 1997, p.183).

Por todos os aspectos positivos Maringá foi idealizada como modelo do progresso brasileiro. Situada no centro dos 515.000 alqueires adquiridos pela empresa Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP, 1077), apresentou indícios de povoamento em 1942, e foi oficialmente fundada em 1947, como distrito de Mandaguari. Apresentou desde seus primeiros anos um crescimento demográfico expressivo que correspondia a todas as expectativas, citada inúmeras vezes como um “fenômeno urbano”.

Para a arquitetura, seu projeto representa uma época que valorizava especificamente o planejamento e como colocado por CAMPOS (2004), ao citar Pechman, era um olhar que “se particularizado, revela as artimanhas tayloristas do Estado Novo na organização física do espaço urbano e na organização social dos homens e mulheres que ocupavam o mesmo espaço”. De maneira geral, explicita o que estava presente no raciocínio das elites dominantes, ou seja, que cada “coisa” deveria ocupar um espaço específico em que era necessário funcionalizar para modernizar. Regra que não descartava, de forma alguma, a condição humana, sendo aplicada ao espaço físico e social (IDEM).

Em outras palavras, tendência que acarretou na preocupação quanto às habitações populares, devido sua associação com os problemas sociais. Que para os especialistas, eram ocasionados “pela associação pobreza/ saúde, promiscuidade/subversão temas que no discurso elitista deslocam-se para a ordem moral, ou seja, para a questão da degenerescência, da degradação do espírito, da corrupção do trabalho, assumindo em casos específicos as formas da ameaça política, da resistência aos imperativos hierarquicamente instituídos de cima para baixo” (IDEM, p.45). Ao aplicar essas idéias ao planejamento urbano de Maringá, percebemos nitidamente sua aplicabilidade, onde a racionalidade da planta propunha a separação dos homens conforme o papel que desempenhavam nos processos produtivos. Segmentando a conveniente localização dos espaços públicos dos privados e diferenciando-os por zonas especificamente definidas para fins habitacionais, comerciais ou industriais. Assim, as zonas separavam e distinguiam seus moradores por suas capacidades sócio-econômicas, evidenciando desde o início a exclusão social.

Através do projeto urbanístico é possível perceber que, a região residencial era dividida por espaços públicos como trilhos ferroviários, bosques, praças, clubes, cemitério, enfim proporcionando um controle do centro para a periferia e controlando os espaços e seus habitantes. “A representação da cidade deixa o plano do conflito individual para ser tomada como uma questão da esfera pública, requerendo a constituição de estratégias específicas de controle das populações que a habitam”. (CAMPOS, p.46) Para termos uma noção, de como essa divisão enquadrava todos os possíveis níveis sociais na cidade, basta atentarmos para os destinos que cada região recebeu nos planos do urbanista.

A zona 01, destinada ao centro da cidade, era um local onde se estabeleceria o comércio e demais serviços para o atendimento a população local e regional. A zona 02, situada ao sul, seria uma zona residencial, reservada para os habitantes socioeconômicos de nível elevado, em outras palavras, a elite municipal. Enquanto que, a zona 03 seria o oposto, também conhecida como Vila Operária, abrigaria a população de menor valor aquisitivo como operários e pessoas egressas da zona rural, esta estaria ligada a futura zona industrial encostada á linha férrea, limite da cidade. A zona 04 atenderia os habitantes medianos como comerciantes, por isso apresentava um grande número de construções mistas, direcionadas a

residência e comércio. A região que primeiro foi habitada, denominada Maringá Velho, foi destinada as zonas 05 e 06. Na zona 07, foram estabelecidos os trabalhadores do setor terciário como, empregados do comércio, escritórios e casas bancárias e a zona 08 que foi escolhida para o aeroporto, por inicialmente atrair famílias abastadas, constituiu-se como outra região de luxo.

Porém, a cidade não se manteve por muito tempo dentro dos limites elaborados que, apesar de apresentar toda racionalidade da urbanização passou a apresentar sinais de descontrole, com o aparecimento de loteamentos clandestinos ou irregulares caracterizados como favelas. Isso comprometeu o planejamento do projeto urbanístico, idealizado para comportar no Máximo 200 mil habitantes. Seu traçado, então cedeu às necessidades que o crescimento da cidade exigia, passando a rever o formato de ruas, praças, quadras e abrindo espaços para novas zonas como as 23 e 24 respectivamente, a Vila Morangueira e Jardim Alvorada.

Até os anos 50 a cidade correspondeu às necessidades de concentração buscada pelos pequenos e médios proprietários no Norte do Paraná. Mas, a intensa propaganda produzida pela empresa colonizadora, proporcionou uma expectativa que ultrapassava a capacidade da cidade. Apresentada como um verdadeiro eldorado chamava a atenção dos mais variados proprietários rurais que, por não conseguirem acompanhar o capitalismo financeiro introduzido no campo, abandonaram as atividades agrícolas para tentar na cidade novas possibilidades. (DIAS; GONÇALVES, 1999).

De qualquer forma, apesar da influencia propagandística realizada pela CTNP-CMNP e da crise econômica cafeeira, o planejamento urbano de Maringá foi um responsável direto para a configuração desigual da cidade. Prevendo espaços desiguais para pessoas diferentes das que, se desejava para o cenário urbano idealizado para que houvesse o mínimo de relações entre os diferentes segmentos. Exemplo percebido na proposital localização da Zona 03, que dentro desse planejamento foi situada próxima as linhas férreas e das zonas que tiveram de ser posteriormente “providenciadas” e que ultrapassaram as fronteiras do espaço planejado, colocadas literalmente às margens do município.

Contudo, não podemos ignorar que, a linha capitalista que administrou a venda dos lotes, também contribuiu para o sucesso da segregação do plano urbanístico. Pois, além do projeto definir “quem ocuparia qual lugar”, as ocupações e vendas se destacaram pela valorização mais rápida possível desses espaços. Ou seja, para obtenção do máximo de lucro, a empresa CTNP-CMNP colocava à venda zonas e quadras com valores pré-estabelecidos, que aumentavam proporcionalmente com seu preenchimento e baseados nas localizações correspondia a diversos alcances aquisitivos, o que dividiu a cidade pelas condições financeiras de seus respectivos compradores.

Diferenças econômicas seriam inevitáveis, devido à valorização do mercado e diante da intensa migração para a cidade, em função de todas as mudanças que o período proporcionava. Porém, a segmentação previamente estabelecida, além de contribuir, proporcionou uma percepção muito mais rápida dessas diferenças sociais.

As evidências da segregação social tornam-se visíveis em cada canto da cidade, ultrapassando as diferenças econômicas e habitacionais, sendo possível identificar a exclusão nos locais que seriam reservados para a diversão da sociedade também. Um exemplo são os cinemas que se concentrando em regiões diferenciadas da cidade, atendiam os grupos dos respectivos bairros, mas, são os clubes que demonstram uma seleção mais escancarada de seu público frequentador. Definindo muito bem seus “sócios”, eram várias as opções da elite ao contrário dos grupos periféricos.

Edméia Ribeiro lembra que eventos realizados no Aero Clube, principal clube da cidade, eram comumente citados nas colunas sociais, chegando a ter uma coluna de destaque no *O Jornal*, nomeada como “Noticiário do Aero Clube”, era sinônimo de organização,

decência e disciplina demonstrando a qualidade do público frequentador desse ambiente (RIBEIRO, 1999, p.339).

Por outro lado, voltado para os grupos periféricos, encontramos apenas o Clube Operário, estabelecido na Vila Operária. As referências sobre o clube foram encontradas nos processos criminais, sendo citado de forma pejorativa em um processo de 1954, como não sendo um ambiente de família, outro processo aparece como cenário de tumulto, em outras situações era referência do local onde havia ocorrido a deturpação. Segundo o trabalho de Ribeiro, este seria um típico local merecedor de destaque nas notas policiais dirigidas aos grupos “desviantes” da cidade.

Essas notas funcionavam como táticas de controle social, evidenciando e exaltando a sociedade frequentadora do Aero Clube em contraste com os grupos “desviantes” que apareciam nas notas policiais. O intuito era demonstrar as diferenças entre as convivências sociais dos grupos da cidade e reforçar as construções hierárquicas que se formavam na cidade (IDEM, 1999). Além das notas jornalísticas compararem a qualidade dos ambientes, outras táticas de controle foram inseridas a partir da década de 60. Estratégias como a Operação Limpeza, citado por Fernando Campos, eram aplicadas pelo próprio aparato policial e também eram respaldadas pela elite e veiculadas pela imprensa local. Esse movimento de higienização pretendia livrar a cidade de elementos considerados indesejáveis, através de uma ação moralizadora que buscava um padrão de ordem moral e social eliminando cotidianamente o problema da indisciplina e da marginalidade² (CAMPOS, 2004).

Essas comparações demonstram o tipo de moradores que os representantes maringáenses estavam dispostos a considerar como parte da sociedade. Analisando vários documentos que retomam a história maringáense, Ribeiro demonstra que, a cidade foi edificada sob o auspício de riqueza, apesar da maioria da população não ter alcançado nenhuma melhoria e se mantido como marginal na sociedade. Segundo seus relatos nenhuma menção de pobreza ou mesmo práticas “imorais” como existência de bordéis e prostituição são citados nos documentos do Projeto Memória (constitui um acervo levantado pelo próprio município e voltado para o resgate da memória da cidade). Apontando que, ações que fugissem a essas características eram consideradas exceções dentro do cenário narrado por esses discursos e, portanto, não mereciam ser incluídas na história da cidade, apesar de contradizerem as evidências apresentadas nos trabalhos de vários pesquisadores e nos processos criminais que apontam as mais variadas formas de deturpação dentro da cidade.

As faces da criminalidade

Agravante potencial das diferenças sociais da cidade, como colocado anteriormente foram, seu projeto urbanístico juntamente com o desenvolvimento urbano em torno do lucro que as vendas dos lotes acarretaram, separando visivelmente os grupos sociais por condições financeiras. Assim, além da segmentação das regiões de trabalho e moradia o divertimento social também foi oferecido de forma a definir muito bem onde cada grupo deveria se reunir. Mas, apesar das tentativas da elite maringáense em declarar a superioridade de seus representantes, não era essa a realidade que as fontes nos apresentaram por isso a partir de agora, nos ateremos aos crimes presentes na vida de todos os moradores da cidade.

A composição social da cidade e a divisão da mão-de-obra apresentadas pelos moradores durante a década de 50, dividia-se basicamente em três grupos. No primeiro estava a “elite”, à frente das atividades sociais, culturais e dos clubes recreativos e de serviços, sendo composto por: funcionários públicos, professores de diversos níveis, profissionais liberais, advogados, comerciantes e industriais mais abastados e membros de ordens religiosas. Entre eles, alguns se destacavam por apreciarem a literatura e escreverem artigos para o jornal. Numa camada intermediária, encontravam-se profissionais das mais variadas atividades,

características dos aglomerados urbanos: contadores, cartorários, escriturários, bancários, alfaiates, sapateiros, padeiros, barbeiros, carpinteiros, pedreiros, marceneiros, fotógrafos, tipógrafos, empregados do comércio e motoristas que prestavam diversos serviços aos habitantes. A base da pirâmide por sua vez era composta pelos operários não qualificados: serventes, funcionários da limpeza pública, empregadas domésticas, carroceiros, ajudantes da construção civil e vendedores ambulantes (LUZ, p.181). Este grupo era constituído na maioria por trabalhadores autônomos e sem vínculos empregatícios, reflexo da falta de qualificação dos trabalhadores rurais que, buscavam na cidade melhores condições.

Era comum, portanto, que indivíduos que iam para a cidade e não estivessem preparados para os trabalhos oferecidos nos centros urbanos, acabasse aglomerando ruas, praças e bares, o que comprometia a imagem da cidade. Contudo, tal movimentação só foi possível pela migração que resultou da decomposição da sociedade rural, não proporcionando o dinamismo citadino esperado, já que ocorreu sem que houvesse um crescimento correspondente das oportunidades de emprego para esses grupos. (LUZ, 1997, p.124).

Com isso além de atrair os trabalhadores oriundos das atividades agrícolas, também foi acompanhada de “aventureiros” das mais variadas regiões do Brasil e do exterior. Não sendo qualificados para o trabalho, favoreciam “o aparecimento de favelas, a prática de pequenas contravenções, a difusão social dos prazeres venais, do amor ilícito, o aumento do suicídio, bem como o aumento do desejo alcoólico, alargando sobremaneira os limites da marginalidade urbana” (CAMPOS, 1999).

Os suicídios se demonstravam relevantes já nesses primeiros anos da cidade. No período de 1948 a março de 1964 foram registrados em toda região de Maringá 22 casos de suicídio dos quais 15 ocorreram dentro da cidade, ou seja, apenas entre seu perímetro rural e urbano, não contando os patrimônios sob sua jurisdição. As outras localidades apresentaram os seguintes números: Mandaguaçu 07, Paiçandu 03, São Jorge 02, Porecatu 01, Porto Bandeira 01.

Quanto ao problema da vadiagem e embriaguês, recebeu atenção a partir do ano de 1960, não representando nesse período uma preocupação específica por parte das autoridades policiais e ou jurídicas. As prisões e acusações diretamente ligadas a elas são apresentadas a partir de 1961 com um processo crime e em 1962 dois processos e um inquérito. Dos quatro casos, metade estava acompanhada de acusações de estelionato e apesar de em três deles, os acusados terem sido mantidos presos, nenhum recebeu condenação. Mais comum na época em estudo era, a importância dada à condição de embriaguês ou de vadiagem do réu, como comprovação da má índole do acusado, prejudicando com isso a possibilidade de serem absolvidos.

Quanto à criminalidade de forma geral, a historiografia aponta, que notas jornalísticas além de definirem os padrões de bom e mau comportamento como meio de controle social, também eram utilizadas para comunicar quais os locais de maior fluxo de vadios e bandidos e regiões que deveriam ser evitados pelos “cidadãos de bens”. Segundo alguns desses relatos, as regiões mais perigosas delimitavam-se a poucas quadras entre a Estação Rodoviária, o antigo prédio do Mercado Municipal e a zona 3, planejada para abrigar os operários (CAMPOS, 1999, p.322).

A Zona três realmente apresentava alto índice de criminalidade, mas, não deve ser entendida como única região problemática. Outras regiões devem ser incluídas como espaços de alto índice de criminalidade como o “Maringá velho”, Zona Sete, Vila Morangueira e Alvorada e principalmente a Zona do Meretrício com muitas ocorrências envolvendo violência e estelionatos. A ação policial abrangia toda a cidade.

Mesmo as zonas centrais, apresentavam seus problemas como crimes contra o patrimônio como roubos, arrombamentos e assaltos o que de certa forma oferece algum sentido, uma vez que, essas eram as localidades com construções mais abastadas. Porém, os

ambientes mais “civilizados” não estavam imunes a crimes mais graves como os homicídios, agressões físicas e sexuais, estelionatos e falsificações, acidentes de trânsito, acusações de calúnia ou difamação, etc. Pelo contrário, muitos moradores se garantiam como protagonistas do crime, não se mantendo apenas como vítimas.

O que podemos afirmar claramente, apesar da idéia de “cidadãos trabalhadores e ordeiros” que os memorialistas tentavam passar é que em maior ou menor grau, toda cidade era cenário de deturpações. Apesar das regiões pobres, apresentarem um número maior de infrações, não significava que apenas esses segmentos eram os responsáveis pelos crimes assim como, apesar de serem mais comuns os crimes contra o patrimônio nas regiões mais ricas, essas também não eram a regra.

Houve situações em que os acusados eram proprietários ou moradores das zonas elitizadas apesar das acusações partirem das regiões marginais. Em um caso de estupro de 1951, o acusado era dono de um dos cinemas da cidade, outros casos de crimes sexuais acusavam os patrões das vítimas que em sua maioria eram menores de 18 anos. Em 1954, profissionais da saúde entre médicos e dentistas, extorquiram meretrizes. A parte superior da pirâmide social maringense, também tinha sua participação em crimes violentos, 1955 apresentou uma tentativa de homicídio passional, em que o agressor era funcionário público da justiça em outro caso de 1959, apesar da esposa alegar que seu ferimento era acidental, o suspeito era um famoso dentista da cidade. No mesmo ano um contador foi condenado por estelionato, devido a um cheque sem fundos. Enfim a cidade em peso contribuía para o intenso funcionamento do aparelho de segurança.

Os crimes de estelionato mereceram um pouco de atenção. A partir de 1954 todos os anos apresentaram denúncias desse tipo somando um total de 78 ocorrências, mas foram os anos de 1956, 1957 e 1963 que apresentaram uma média maior com cerca de, 14 denúncias anuais. Dentro dessa qualificação criminal os casos de cheques sem provisão de fundos eram maioria, somando 39 dos 78 totais, e 12 das 18 condenações pelo artigo 177 do código penal.

Esse número expressivo apontou que a prática não era cometida apenas por criminosos intencionais, envolvendo também pessoas comuns que, algumas vezes resolviam o problema pagando a dívida e outras não. Os estelionatos mesmo quando enquadrados pelo uso *doloso de cheques sem fundos*, tinham dificuldade em ser condenados, pois, para que o processo punisse efetivamente o acusado exigia-se mais que o cheque como provas. Era comum o judiciário questionar a acusação, através da forma que o crime havia sido cometido. O exemplo mais comum eram as compras, a interpretação judicial era a de que a vítima tinha consciência da impossibilidade de pagamento do objeto no momento da venda, assim, era um risco que o próprio vendedor assumia. Com isso, os indivíduos condenados geralmente eram os que já haviam cometido alguma infração ou que geraram outras provas que comprovavam a real intenção de engano a terceiros.

Esta dificuldade para a punição, talvez possa ser encarada como um incentivo para os maus intencionados cometerem o crime, afinal representava 50% das acusações pelo artigo 177, porém também representaram maioria nas condenações o que demonstra uma dificuldade, mas, não a impossibilidade de punição.

Quem não se enquadrava ao perfil de estelionatário, eram pessoas realmente pobres, pois na maioria dos casos, se tratavam de ocorrências que envolviam negócios, muitas vezes de valores elevados como compra de veículos, produtos agrícolas, parcelamento de imóveis, etc. Quanto aos golpes de estelionato mais elaborados praticados no período, encontramos: falsificações de dinheiro, promissórias e documentos; golpes do bilhete premiado e jogos de azar; venda de imóveis e veículos.

Entre suas vítimas, algumas chamaram a atenção por demonstrarem o contraste em que a cidade se encontrava no período, pois apesar do constante crescimento da cidade, seus moradores aparentemente não acompanhavam os riscos que esse fluxo de pessoas exigia,

confiando demais nas pessoas que por ali viviam ou só passavam. Dois casos demonstram bem isso, em um deles um senhor assinou um papel em branco, por estar no tabelionato, em consequência teve seu caminhão empossado pelos golpistas como se estes já o tivessem pagado. Outro ato de confiança exagerada foi uma troca de veículo por uma propriedade rural, somente após a entrega do automóvel, a vítima descobriu que, o imóvel tinha outros proprietários. Ambos os casos decorreram no prejuízo das vítimas.

Outra demonstração de que, o hábito dos moradores não acompanhava o desenvolvimento da cidade, pode ser percebido no trânsito da cidade. Os números demonstram uma perspectiva clara desse crescimento, comparando os acidentes registrados em Maringá com a região. Somando todos os acidentes de trânsito que ocorreram nas cidades vizinhas chegamos a um total de 14, sendo o município de Mandaguaçu responsável por metade das ocorrências. Maringá por sua vez, entre inquéritos e ações criminais, apresentou 72 acidentes, dos quais 36 ocasionaram morte de um dos envolvidos. Um processo de 1963 chega a declarar a cidade como tendo tráfego intenso exigindo por isso, maior atenção dos pedestres.

Entre os veículos envolvidos, destacaram-se os de grande porte como caminhões, muitos carregando toras, comum devido a continua derrubada da mata e a presença de serralherias da cidade. Os casos de morte envolvendo este tipo de veículo apresentavam uma grande despreocupação em relação ao transporte de passageiros. Era muito comum levar pessoas sobre a carroceria ou mesmo sobre a carga. Em um caso em particular, pelo veículo estar sem os faróis dianteiros um dos acompanhantes se posicionou á frente do veículo, dando a entender que ficou apoiado no pára-choque, para segurar uma lanterna e iluminar o caminho o que ocasionou sua morte. Indicações das péssimas condições dos veículos que transitavam na região e negligencia quanto á mínima segurança.

Outras situações que chamam a atenção pela frequência eram os atropelamentos, em especial os que envolveram crianças. Em muitos dos casos as crianças encontravam-se brincando na rua ou as atravessavam sem os devidos cuidados. Esse descuido possibilitava espaço para a responsabilização das vítimas ou de seus responsáveis pelo acidente, eximindo o condutor da culpa. Entre 1961 e 1963 seis processos responsabilizaram diretamente as vítimas pelos atropelamentos. A despreocupação quanto ao fluxo de veículos por parte dos moradores era uma constante, principalmente no início da década de 60, quando o tráfego devia estar mais intenso. Porém, não podemos ignorar a impunibilidade dos condutores.

Apesar dos pedestres se demonstrarem um tanto descuidados em seus comportamentos nas ruas a negligencia dos condutores também era presente, mas, a comprovação dessa atitude não era garantia de punição. Dos 39 acidentes foram considerados culpados apenas 09, dos quais o condutor que recebeu a punição mais severa foi um ciclista, condenado 2 anos e 8 meses de prisão. O réu provocou o acidente fazendo com que o caminhão desviasse da estrada provocando a morte do motorista. A severidade da punição desse ciclista chamou atenção, pois não foi o único caso de imprudência de condutores registrada. No mesmo ano houve a morte de um passageiro que estava sobre a carroceria e o motorista foi absolvido mesmo não tendo carteira de habilitação, em outro caso ainda em 1954, um veículo baixo em alta velocidade provocou outra morte por atropelamento, não prestou socorro e fugiu do local, apesar de ser processado, não chegou a ser preso. Em 1956 uma criança foi atropelada e faleceu na frente da escola, o motorista também foi acusado por testemunhas de estar em alta velocidade, mas como prestou socorro, não foi punido. Os casos de morte, em que as vítimas eram consideradas culpadas na década de 60, também apresentavam manobras ou procedimentos questionáveis por parte de alguns condutores como alta velocidade entrar na contra mão, fugir do local sem prestar socorro, mas, mesmo assim nenhum recebeu nenhum tipo de punição.

Além desses, outros casos indicaram imprudência constante dos motoristas, o que já é comprovado com os números, sendo que metade dos acidentes apresentavam vítimas fatais e não justificam que em 16 anos, a maior punição tenha sido aplicada a um ciclista. Talvez tivéssemos outra punição severa, em outro acidente que envolveu uma carroça e outro veículo, mas o carroceiro morreu. Contudo, é suficiente nesse momento, demonstrar que, o desenvolvimento urbano da cidade foi acompanhado por sua frota de veículos o que, não representou a adaptação dos moradores da cidade a essa mudança. E que a impunidade desse tipo de crime era relevante, podendo ser questionado com uma pesquisa mais aprofunda sobre o quanto essa impunidade pode ser ligada as condições financeiras dos seus respectivos motoristas ou a importância ao qual cada grupo era tratado pelas instituições competentes.

Mais observações poderiam ser feitas sobre os acidentes de trânsito no período, mas, os documentos apontaram muitos outros problemas nessa cidade construída sob o auspício de perfeição. Negócios que acarretavam no prejuízo para um dos envolvidos também acabavam se tornando problema de polícia. Contratos de aluguel ou arrendamento de terras eram motivos comuns para desentendimentos sérios, pela falta de formalização de contratos. No campo denúncias de ameaça de morte e apropriação indébita foram feitas pelas partes envolvidas não se entenderem, quanto ao tempo de arrendamento e forma de divisão dos lucros. Na cidade eram problemas comumente desencadeados pela falta de pagamentos. Uma inquilina foi agredida pelo proprietário, outro caso de aluguel terminou com o arrombamento da residência em outros dois, houve a demolição do imóvel sendo que em um deles os móveis ainda estavam dentro da residência.

Quando tratava de falta de pagamento, o prejudicado apropriava-se indevidamente de algum objeto do devedor. O dono de um hotel, por exemplo, pegou um rádio que estava na vitrine de outro comerciante, o que demonstra que “caloteiros” não se encontravam apenas entre miseráveis.

A falta ou má formalização dos negócios e a raiva dos prejudicados desencadeavam muitos atos precipitados ou violentos, mas tudo indica que as “vias de fato” era uma forma muito comum para a resolução de problemas. France Luz, baseando-se nas declarações de pioneiros fez a seguinte observação:

“Apesar de ser um povoado pioneiro, que quase sempre se caracteriza pela turbulência, não havia ali clima de intranquilidade que se observou em outras áreas de colonização recente, pelo menos ao ponto de afastar as famílias que chegavam, desejosas de trabalhar e progredir honestamente. Na verdade apareciam alguns aventureiros e “jaguços”, mas não encontravam ambiente propício e logo partiam. Entre os peões - homens rudes que trabalhavam na derrubada da mata e na abertura de estradas - havia muitos casos de agressões violentas e até homicídios; porém, não chegavam a ameaçar a segurança das famílias já radicadas. Ali permaneciam apenas enquanto havia trabalho ou acabavam por integrar-se pacífica e definitivamente à população.

Pode-se afirmar que se formou um núcleo ordeiro, voltado para o trabalho e composto de famílias bem constituídas. Os casos de desordens, desrespeito às leis e crimes eram considerados exceções; contudo, não podiam ser evitados inteiramente, pois ali conviviam pessoas de diversas procedências e classes sociais.” (LUZ, 1999, p.132 e 133).

Partindo do que nos aponta os documentos, só podemos concordar com a colocação da autora sobre a presença de “jaguços”, pois, as violências eram praticadas pelos cidadãos de todas as “procedências e classes sociais”. Não podemos concordar com as observações realizadas pela autora, pois, a violência era freqüente e presente, nas mais variadas situações dentro da cidade, porém, nem sempre eram tratadas de forma rigorosa.

A quantia encontrada de casos enquadrados como porte ilegal de arma foram apenas 12, nenhum sofreu qualquer tipo de punição. Em contra partida, crimes que envolvessem tentativas ou efetivassem ferimentos e homicídios representaram cerca de 20% das

ocorrências e processos registrados. Esses crimes apresentavam principalmente armas de fogo de pequeno e grande porte e facas variadas desde as de cozinhas a facões. Mas outros objetos foram registrados como: enxadas, paus, tijolos, pedras, sombrinhas, gilete, soda caustica, água quente, garrafas, enfim o que estivesse ao alcance do agressor.

Quanto aos locais onde as violências ocorriam, encontramos casos de brigas, agressões e tentativas de homicídio tanto em locais privados, como trabalhos e principalmente residências (nesse caso não envolvendo necessariamente casais), e locais públicos como ruas, bares e clubes. A Zona do Meretrício deve ser destacada como cenário promissor para confusões, pois apresentou desentendimentos envolvendo clientes, meretrizes e proprietários dos estabelecimentos além dos problemas com golpistas e assaltantes.

Os motivos para a violência não precisavam ser sérios para provocar graves agressões ou homicídios. Uma garrafa de cachaça era suficiente para isso, existem dois casos envolvendo essa situação. O termo “motivos de somenos” é encontrado facialmente nos documentos, demonstrando que os acusados agiam muitas vezes sem motivos justificáveis como desentendimentos entre vizinhos por fofocas ou acusações injuriosas, situação característica dos segmentos pobres e principalmente envolvendo mulheres.

A elite da cidade, também não se isentava das práticas violentas, demonstrando considerar-se superior ou imune as autoridades. Um caso bem específico foi o espancamento de um homem, realizado pelos proprietários de um hotel conceituado da cidade. Segundo as alegações da vítima ela foi levada a uma sala reservada do hotel, ali sendo agredida seriamente pelo dono, sua filha e um terceiro indivíduo. Para termos noção do grau de influência que esses proprietários exerciam na cidade, uma das testemunhas favoráveis foi juiz da cidade. O processo teve início em 1957, e terminou com a absolvição dos acusados.

Violência com isso, não pertencia apenas ao mundo de “peões” e “homens rudes”, homens de prestígio também a praticavam, talvez de forma mais reservada, mas, com certeza não foi apenas a presença de “pessoas de diversas procedências e classes sociais” responsáveis pela violência na cidade.

Diante dessas considerações, acreditamos não ser possível questionar o grau de risco de cada uma das regiões apenas generalizando-as como marginais e ricas ou entre pessoas criminosas e pobres. Pois as denúncias demonstraram que, crimes poderiam ser cometidos por todos os grupos e a insegurança encontrava-se em toda a cidade³. Além disso, a historiografia indica a distinção das instituições de controle, como a polícia (com o apoio eminente do governo e da imprensa), estigmatizando⁴ amplamente os grupos marginais da cidade, contudo, a partir desses registros fica perceptível que a elite maringense só se manteve imune a corruptibilidade em seus discursos, pois, também infringiu a lei e a ordem de diversas maneiras.

FONTES

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Publicação comemorativa do cinquentenário da CTNP; Ed: “Ave Maria” LTDA. 2ª edição 1977.

Processos criminais citados:

CX01, nº/-754; CX02, nº20-520; CX04, nº51-695; CX05, nº66-625; CX08, nº105-768; CX11, nº/-659; CX14, nº300-580; CX14B, nº/-777; CX17, nº73-938; CX20, nº251-1021; CX25, nº82-983; CX33, nº33-1670; CX37, nº128-/-; CX37, nº130-1884; CX37, nº124-1764; CX47, nº57-4654; CX47, nº66-5024; CX49, nº44-/-; CX52, nº98-4673; CX56, nº82-1943; CX57, nº121-1895; CX57, nº127-4543; CX57, nº124-/-; CX59, nº5-1610; CX59, nº5-1610; CX60, nº83-1521; CX63, nº142-1567; CX63, nº140-1494; CX66, nº05-468

Referencias Bibliográficas

BERGER, Peter. *Construção Social da realidade: tratado de Sociologia do Conhecimento*. Petrópolis, Vozes, 1985.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. “Moralizando o pobre: vadios, baderneiros e loucos na cidade tecnicamente planejada para ser bela e sem problemas”. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org. do volume). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. *Enfermos da Razão: cidade planejada, exclusão e doença mental (Maringá, 1960-1980)*. São Paulo: Annablume, 2004.

LUZ, France. *O fenômeno urbano numa zona pioneira*. Maringá. Maringá: A Prefeitura, 1997.

LUZ, France. Maringá a fase de implantação. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org. do volume). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999.

MELO João Manuel Cardoso e NOVAIS, Fernando A.. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: SCHWARTZ, LÍlian Moritz (org. do volume). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 2004, Vol.04.

RIBEIRO, Edméia Aparecida. Moralidade e sexualidade feminina em Maringá: um estudo nos jornais e nos processos crime de sedução. In: DIAS, Reginaldo Benedito e GONÇALVES, José Henrique Rollo (org. do volume). *Maringá e o Norte do Paraná: estudos de história regional*. Maringá: EDUEM, 1999.

¹ Mestranda PPH/UEM- bolsista CAPES.

² Inquéritos e processos crimes com prisões por motivo de vadiagem ou embriaguês só foram encontradas após o ano de 1961.

³ No livro de Perez Silva, também foi relatado um assalto violento e com uso de arma de fogo na região nobre da cidade (SILVA, 2010, p.24).

⁴ Conceito utilizado por Alessandro Baratta, para apresentar o tratamento generalizado entre criminosos e grupos excluídos, como negros e pobres.